

## LEITURA & CULTURA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

### ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER

Por Enio Passiani e  
Adriana Thomazotti Claro Roberto\*\*

Roger Chartier é, atualmente, um dos maiores expoentes da história cultural francesa. Sua trajetória intelectual, sempre coerente, multiplica-se em diversas atividades: diretor de investigações da *Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais*, docente da *Sorbonne (Paris I)*, conferencista em diversas universidades norte-americanas e européias, colaborador assíduo de inúmeras revistas científicas e nos jornais de maior circulação da França, como *Le Monde*.


Chartier, historiador crítico e herdeiro da história cultural dos *Annales*, tem boa parte de sua produção científica voltada para a discussão dos paradigmas historiográficos. Tal preocupação levou-o a investigar as próprias formas

narrativas, pois, por um lado, são inerentes ao discurso histórico e literário, e, por outro, fazem parte dos documentos que o historiador toma por objeto. Debruçado sobre a narrativa, Chartier envereda pela história da leitura, permanentemente confrontada com a história do livro, da edição e dos objetos tipográficos.

Refletir sobre uma história da leitura (e do livro) permitiu a Roger Chartier discutir e interrogar as bases epistemológicas da historiografia e o ofício do historiador, uma vez que a avaliação dos conceitos e das formas discursivas — que a história da leitura permite realizar — coloca em xeque a idéia da fonte (o documento, por exemplo) enquanto testemunho legítimo e inegável da realidade.

\* Esta entrevista, realizada durante o I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil (UNICAMP, Campinas), só foi possível graças ao auxílio e solicitude da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Abreu (UNICAMP/Vice-presidenta da Associação de Leitura do Brasil – ALB), Luiz Percival Leme Britto (Presidente da ALB), e Prof<sup>a</sup> Lilian Lacerda Sturzeneker (UNICAMP).

\*\* Mestrandos em Sociologia na FFLCH/USP, membros da Comissão Editorial e do Comitê Executivo da Plural.



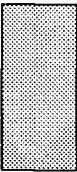
**Plural:** *Num artigo publicado juntamente com Daniel Roche (“O Livro - mudança de perspectiva”), o Sr. afirma que há, a grosso modo, duas perspectivas na maneira de abordar a história do livro: como mercadoria produzida para o comércio e como “signo cultural”, suporte de um sentido. Isso faz do livro um “objeto” muito particular, pois pode ser encarado tanto como um bem cultural, fruto do trabalho artístico e, portanto, dotado de uma “aura” e de uma pureza que as mercadorias não possuem; ou como um produto qualquer, destinado à compra e à venda. Nesse sentido, é possível afirmar que existe uma abordagem teórica (e metodológica) mais apropriada em relação a esse objeto de estudo tão sui generis que é o livro? Ou somente uma abordagem multidisciplinar poderia oferecer resultados satisfatórios?*

**Roger Chartier:** Esta primeira questão trata da dualidade do livro quanto à sua forma: por um lado, um objeto material que é resultado de um processo de produção e que se transforma em uma mercadoria, e de outro há um conteúdo que concerne à natureza intelectual e, em certos casos, como sugere a questão – pois que se trata de literatura – um conteúdo textual que é modificado em um certo número de valores... quase uma citação ao princípio de um artigo de Walter Benjamin sobre a reprodução da obra – obra de arte, à época de sua reprodução mecânica, e no qual ele mostra como a multiplicação das imagens, pelas gravuras, e depois pela fotografia, e pelo cinema, poderia destruir isto que haveria de misterioso, de irredutível... da própria obra. Assim, há esta dualidade, de uma mercadoria resultante

de um processo de produção, e de outra parte, em certa classe de texto, uma realidade que se lê com as categorias como as da originalidade, mistério, gênio, “aura”...

Eu creio que é uma dualidade que é presente em praticamente todos os elementos que se ligam à reprodução, difusão, circulação de livros. Se pensamos ao fundamento mesmo do *copyright*, da propriedade literária no século XVIII, de um lado ela se liga com a idéia de que um texto é uma mercadoria negociável, que deve assegurar uma renda, a partir da qual o texto entra na economia do mercado. Mas outro fundamento é aquele que vai conduzir o direito, quer dizer, a proteção do autor em sua singularidade, sua especificidade, sua originalidade, contra o plágio, a deformação, ou bem contra a desfiguração do texto. E estes dois elementos constituem, aliás, uma parte irregular do direito moderno de *copyright*: com uma assistência maior, de uma certa legislação, sobre a dimensão da propriedade econômica, e em outro caso, a assistência sobre a defesa do direito intelectual.

Então há uma realidade dupla que se traduz no sistema jurídico de proteção das obras; poderíamos também dizer que esta dualidade... se traduz na própria economia da edição, já que a figura do editor aparece separada da livraria ou da impressão já na primeira parte do século XIX na Europa. Este editor é, ao mesmo tempo, comerciante e intelectual: é uma profissão que demanda de uma legitimidade intelectual que poderia ser apenas dos autores, mas que, ao mesmo tempo, participa do mundo da empresa.



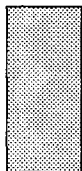
Assim temos outra refração desta dualidade e, em um plano metodológico, no sentido de sua questão: se devemos submeter este objeto a uma abordagem multidisciplinar, a resposta — a meu ver, evidentemente — é sim, porque uma história do livro deve ser entendida, ao mesmo tempo, como uma história da produção e dos autores de textos como uma história dos objetos designados como livros, o que supõe por sua vez uma história das técnicas de produção e de sua forma de difusão e uma história de recepção, de interpretação, de leitura. Se pensamos em disciplinas que estão por trás de cada um destes três elementos — no primeiro caso, a história da literatura em todas as suas definições possíveis; no segundo caso, a história do livro e as disciplinas eruditas que são a bibliografia, a codecologia, a paleografia; e, por fim, o caso de uma história das interpretações dos usos, das apropriações, tudo que tem importância para a sociologia cultural.

E talvez possamos voltar à sua questão que começa com uma citação... um artigo que eu havia escrito com Daniel Roche em 1964, há aproximadamente mais de 25 anos — e penso que a formulação deste artigo não seria mais aquela que daríamos atualmente, em particular porque este artigo foi, de qualquer maneira, escrito sob uma perspectiva, na França, dominada pela história serial, quantitativa, sociológica... social do livro, e cuja trajetória era de deslocamento, em parte, do que o livro se dá a ler, isto é, do estudo do texto. E de outro lado, na perspectiva de como o leitor pensa o livro, ou seja, o estudo da prática de leitura. Assim, o que está

reunido nesse artigo de 1974, é o seguir das pistas lançadas sobre diferentes temas, por exemplo a iconografia da leitura, como utilizar as representações da leitura, do leitor e da leitora para entrar no mundo da prática antiga. E, ao menos, eu me dirigia, naquele artigo, de modo estrito àquele tempo, e, atualmente, se eu reescrevesse o artigo, e suponho que Roche também, o faríamos a partir deste espaço que lê analiticamente o texto, o livro, a leitura.

**P.:** *Em outro artigo (“Textos, impressão, leituras”), publicado em livro organizado por Lynn Hunt, lemos que cabe à história “reconstruir a diversidade de leituras mais antigas a partir de seus vestígios múltiplos e esparsos, e identificar as estratégias através das quais as autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia ou uma leitura autorizada do texto”. Notamos, portanto, que uma história das práticas de leitura se faz a partir da pesquisa dos “vestígios diretos” (a impressão dos leitores acerca do texto lido) e dos “indícios indiretos” (a produção tipográfica/editorial dos textos). Como o Sr. reconheceu em outro artigo — “Do livro à leitura” — resgatar tais vestígios e indícios, em épocas passadas, constitui um obstáculo para uma história do livro e da leitura. Metodologicamente, como suplantar estas dificuldades e manter um certo rigor nas análises?*

**R. C.:** Creio que devo corrigir uma impressão que deu a leitura de nosso texto “Do livro à leitura”: não se deve pensar que o fato de que os indícios indiretos ou os testemunhos indiretos sejam obstáculos — sobretudo são definidos como




“limites”, na medida em que o historiador pode reconstruí-los. Se você trabalha com uma perspectiva de história quantitativa ou serial, você tem fontes maciças: os registros, as permissões e prerrogativas, como também os inventários das bibliotecas... a partir destas fontes maciças você pode — e deve — utilizar as técnicas estatísticas, e obter a distribuição geográfica e social da produção e da posse.

Se você passa a uma história que pretende capturar o ato de interpretação ou o uso que é feito do livro pelo leitor, não há nenhuma fonte maciça e nenhuma técnica estatística que possa assegurar uma conclusão. Até este momento, como eu dizia, há um lado de testemunhos diretos bastante raros, mais numerosos conforme se vá à idade média ou ao século XX, mas é raro o que o leitor diz ou escreve de sua leitura. E depois têm-se os testemunhos indiretos — mais textuais que materiais, que são os espaços de interpretação dessas pessoas... e certamente que um livro vendido por ambulantes abre esta compreensão a um público bem mais amplo que aquele que seria entretido pela geometria.

Então há, no gênero textual e na forma do livro, aberturas mais humanistas para a constituição de um público mais humanista e a modos de apropriação do texto, mais ou menos... enfim... diversos. Assim, trata-se de um limite à análise porque há uma dependência do historiador com relação a este testemunho ou ao aspecto hipotético de conclusão que pode ser tirado da análise do gênero do texto ou da forma material, livresca — impressa ou manuscrita.

A partir deste momento há uma questão implícita que é o que prova uma história: vocês perguntam como superar esta dificuldade e manter um certo rigor de análise. Eu creio que efetivamente podemos ter registros de “provas” que não são idênticos: a história é um saber científico, o que supõe critérios de validação de seus enunciados; e, ao mesmo tempo, é uma disciplina instalada na tradição de herança hermenêutica, de modo que tolera — eu suponho — uma pluralidade possível de interpretações. Assim, a tensão fundamental é entre os critérios de validação e a pluralidade de interpretações: esta tensão não se dá de maneira unívoca, já que não se faz uma história que se utilize de técnicas analíticas que sejam tão próximas das ciências da natureza, ou de uma história econômica ou social para o domínio cultural... está-se em face de uma história necessariamente ligada a trabalhar com o caso singular, a trabalhar com hipóteses plausíveis e a trabalhar com documentos excepcionais; daí toda a discussão para pensar certas excepcionalidades como dando uma entrada a qualquer coisa que é partilhada, normal e que não está na ordem da singularidade individual nem na ordem da regularidade social.

Mas efetivamente é uma questão que coloca em jogo os critérios mesmos da demonstração. É uma tensão, portanto, que ultrapassa bastante este caso específico da história do livro. É uma tensão que tenderia à história em geral, mais particularmente a uma modalidade de história que se mantém na necessidade de critérios mais objetivos de validação, porque fundada sobre fontes maciças, porque fundada sobre técni-

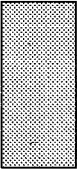


cas que poderiam ser utilizadas por outro historiador... é o caso em que, sobre o mesmo caso e com a mesma técnica, dois historiadores, fazendo a mesma pesquisa, chegariam à mesma conclusão. No caso da história da qual falávamos, diríamos que repousa sobre a hipótese o excepcional, não há a interpretação, no sentido mais forte, que tem este saber mais objetivo. O que não quer dizer que possamos escrever não importa o quê! Mas quer dizer que o critério de validação deve ser pensado em uma dimensão hermenêutica e não em uma dimensão de saber objetivo.

Há também o problema da cultura escrita, ou impressa... entre a vontade de impor um sentido legítimo, uma interpretação correta e, de outro lado, esta pluralidade possível — mais ou menos possível das interpretações. Há uma dimensão fundamental desta abordagem que deve pensar os agentes, os atores, as instituições, os discursos que são aqueles que visam congelar o sentido, a enunciar a interpretação correta de um lado. De outro lado, há a tensão dada à pluralidade de interpretação e de recepção, o que quer dizer que a história do livro e da leitura... porque sabemos que jamais a fixação de um sentido vai impedir a pluralidade de interpretação, e que sempre a liberdade de leitura é fechada em uma série restrita, em um certo viés do próprio texto. Assim, estamos de certa forma diante de um par de noções que seria a compreensão de como compreender sem transgredir, e como as liberdades do leitor são restringidas, ou mesmo libertas de formas limitadas.

**P.:** *Ainda em relação ao artigo escrito a quatro mãos com Daniel Roche, os Srs. afirmam que a “evolução temática da produção impressa, construída a partir de títulos de obras, permite encontrar, num quadro nacional, os progressos de uma cultura” (grifos nossos). Como é possível falar num “quadro nacional” ou nos “progressos de uma cultura”, se existe, concomitantemente a uma produção autorizada, uma produção marginal e a circulação de “livros proibidos”?*

**R. C.:** Concordo que se deva distinguir o que se fala da história do livro enquanto um “quadro nacional”: talvez resultado de uma “economia da edição”, o que supõe poder identificar a partir, por exemplo, de registros de permissão de impressão, ou mesmo a partir das edições conservadas, o que foi a conjuntura da produção do livro no interior de uma produção autorizada. E assim, a partir disto, estabelecer a série de produção de textos, ou do movimento e do ciclo da conjuntura, e, no caso da produção dos livros, demarcar o deslocamento temático. O que é um ponto fundamental: por exemplo, na França do século XVIII, demonstrar a multiplicação por três ou quatro da produção de livros no interior do reino e demonstrar seu deslocamento fundamental que foi a queda do livro de religião — que poderia constituir quase que a metade da produção ao fim do século XVII, e que constituirá a décima parte às vésperas da revolução — e, ao inverso, o crescimento de outra categoria que particularmente é aquela que agrupa os livros que são instrumentos para compreender o mundo natural, ou para agir sobre o mundo social.



Outra questão é que se pode conduzir a não identificar um estudo da produção nesta conjuntura temática, ou neste ciclo econômico, como um estudo da leitura no interior deste mesmo quadro nacional; de um lado porque há, em um quadro nacional dado, o leitor que leia livros em língua estrangeira, e que não foram publicados no reino, se pensamos na França do século XVIII. E de outro lado, porque em francês — sempre pensando na França do século XVIII — há duas categorias de livros que são lidos e que não são produzidos no reino: as reproduções dos livros autorizados, pelos quais o livreiro estrangeiro viola o privilégio que havia sido acordado com o livreiro-editor francês e que propõe o equilíbrio temático da leitura. Devemos pensar a falsificação do texto autorizado na chave econômica, na relação entre alguém que tivesse o privilégio para a publicação de um texto e um outro, que por estar à frente do reino, não o reconhece. É uma prática quase que desde a invenção da imprensa, no século XVI ou XVII e mesmo nos séculos XVIII e XIX, no caso francês, na importância das reproduções belgas dos romances em moda.

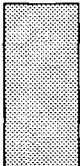
E de outra parte haviam os livros que circulariam no reino, mesmo que proibidos, quer dizer, proibidos seja por uma censura prévia, seja por uma censura posterior. Mas ainda assim eles são impressos, mesmo clandestinamente, no reino e há a possibilidade de lhes identificar como tais.

Bem, o ponto fundamental é distinguir uma história nacional da produção e uma história necessariamente internacional de leitura dos

leitores franceses do século XVIII. Distinguir, ao mesmo tempo, o livro que havia recebido um privilégio ou uma permissão de livro publicado no estrangeiro, em língua estrangeira e as falsificações, publicadas em francês, seja nos Países Baixos, ou mesmo no principado alemão, ou na Suíça. E, também, os livros proibidos que circulavam mais ou menos “por baixo dos panos” e que haviam sido publicados no mesmo local (Países Baixos, principado alemão). Há, assim, uma distinção bem determinada e que é um grande argumento contra uma primeira forma de história da leitura que pensávamos... na qual identificávamos, finalmente, a leitura com o livro produzido no quadro nacional. Não seria possível...

**P.:** *Podemos afirmar que as transformações histórico-sociais produzem, imediata ou concomitantemente, mudanças na produção do livro? Ou há um “descompasso” entre a percepção de tais mudanças por parte do editor e a efetiva alteração tipográfica do livro empreendida por este editor?*

**R. C.:** Se puder responder com dois exemplos, há uma contradição entre a mutação técnica e os hábitos culturais. Se você pensar no livro impresso entre 1450 e 1520-1530, é uma nova técnica que é proposta: os caracteres móveis, a prensa impressora e, malgrado isto, o livro continua bastante próximo do que era o objeto manuscrito. Poder-se-ia dizer que, bastante globalmente, o livro impresso é herdeiro do livro manuscrito, porque a estrutura fundamental do livro não muda com Gutenberg. Trata-se sempre de



um objeto que é formado a partir de folhas, de papel ou de pergaminho, dobrado, reunido e encadernado. Então há uma estrutura de bastante longa duração do livro, que vai durar nos séculos II, III, IV após Jesus Cristo — já que o livro da antigüidade era em placas enroladas — e vem sendo escrito em forma de um codex até os dias de hoje, quando o texto eletrônico começa a pôr em questão a exclusividade, para a reprodução mecânica, do livro impresso.

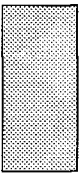
O que eu diria mais particularmente é o fato de que durante quase um século, ou três quartos de século, uma nova técnica não produziu um objeto tão diferente: não há página de título, a estrutura de organização de uma página permanece idêntica e um livro não é considerado como livro de cabeceira, que é impresso. O manuscrito implica no momento em que diversas mãos façam intervenções para ter as iniciais ornadas, para introduzir a noção de título ou de rubrica, tem-se então a mão do pintor da iluminação, a mão do corretor que dá o acabamento à composição tipográfica para todas as suas intervenções manuscritas. Há, assim, distâncias entre as possibilidades ofertadas pelas novas técnicas e a inércia que é o que um livro deveria ser, se vocês compreendem que a impressão não foi sempre acolhida com entusiasmo. Ela foi considerada como capaz de alterar a dignidade do livro manuscrito, daí a idéia de que um livro impresso, digno de um estatuto nobre, deveria ser o mais próximo possível do manuscrito.

Outro exemplo estaria no princípio do século XVI, quando são introduzidas as primeiras formas de industrialização da produção, com

a máquina a vapor e a industrialização da impressão, e há, com esta nova técnica, a possibilidade de um aumento considerável de tiragem; e durante toda a primeira metade do século XIX, salvo as de jornal, tem-se tiragens que são bastante próximas às do Antigo Regime. Uma revolução técnica, a industrialização da impressão, não tem toda a utilização de sua capacidade e vê-se tiragens de dois mil, três mil, que, assemelham-se ao ateliê tipográfico tal como Gutenberg havia definido, inventado, no qual haveria tiragens de dois mil. Então há, no segundo exemplo, um descompasso entre uma possibilidade técnica de um lado e, de outro lado, uma inércia cultural que são os hábitos adquiridos, a crença de que não se possa ter um público suficientemente grande, o medo de um investimento muito grande em uma edição que não se venderia, pela qual ter-se-ia de estocar os exemplares. Então, há diversos casos onde vemos bem o descompasso técnico... entre uma inovação técnica e uma inércia cultural. É uma maneira um tanto distante de tratar a questão, mas creio que é importante.

**P.:** *O papel de renovação editorial está (ou esteve, em algum momento histórico) limitado às editoras clandestinas?*

**R. C.:** Eu creio que não, porque de um lado colocamos aqui as inércias culturais com relação às possibilidades técnicas, mas é evidente que, de outro lado, há as inovações editoriais que não supõem necessariamente uma inovação técnica, que podem se estabelecer em um período de estabilidade técnica, mas que criam... e há os



editores clandestinos que não inventam grande coisa, eles decidem simplesmente difundir com algum risco os textos que são proibidos. Pode ser que não haja nenhuma invenção, mas simplesmente o fato de tentar encontrar um mercado que se sabe que existe e que aguarda os textos, como aqueles que no fim do século XVIII mostrava Robert Darnton... textos ao mesmo tempo críticos e pornográficos, ou em um registro de denúncia política, da aristocracia, da corte e da rainha, e que estão em um registro de literatura erótica ou pornográfica, repondo este motivo tradicional ao serviço de denúncia política; se alguém inova é sobretudo aquele que escreve o libelo ou panfleto, mais que os editores.

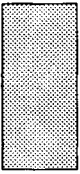
Assim, a inovação editorial pode trazer uma invenção sobre o público; eu não creio que possamos dizer que o editor responde a uma demanda do público, os editores inventam o público e, por exemplo, ao fim do século XVII, em Lion e em Paris, uma série de editores pensou que fosse possível construir, inventar um público que iria se interessar pelos livros em língua vulgar — isto é, em francês, por textos que poderiam mobilizar os interesses mais amplos e que poderiam permitir uma circulação maior, modificando, assim, o curso da produção, ou seja, o trabalho sobre a edição, a utilização de caracteres um tanto partidos, a reutilização de imagens que serviam a toda uma série de livros bastante diferentes. E de outra parte, a venda deste livro era assegurada não apenas pela livraria, mas pela venda ambulante, a começar pela cidade, e a seguir pelo campo. E há, deste modo, uma fórmula editorial que une um tipo de

livro — bem vendável —, um modo de venda — ambulante — e um repertório de textos que poderia atender àquele que estava no pensamento do editor. É a invenção de um público e de uma fórmula editorial, na qual um se liga ao outro pelo fato de o público existir... porque a fórmula editorial permite constituir-lo, e esta fórmula se perpetua porque o público se constitui.

Podemos também pensar nas invenções editoriais que apoiar-se-iam não mais sobre o público, mas sobre a forma, ou mais exatamente, sobre a escolha de um certo formato para um certo gênero de texto: uma invenção fundamental no século XVIII é a multiplicação do livro em pequeno formato, o que quer dizer que lá haveria um público um pouco maior, que não seria aquele que compraria o formato “quarto” ou “folio” — ler Platão ou Cícero permaneceria reservado a uma elite; significa que o uso do livro muda, porque o livro pode ser transportado em viagens, conforme o desejo... torna-se um companheiro de todos os momentos... É uma invenção de formato que é, como já disse, uma fórmula editorial e de público, que lapida a natureza do público com relação à forma do livro e ao uso do livro. Há então a invenção de um vínculo entre o estilo e o pequeno formato, com um outro elemento que é a utilização do *itálico* como caractere para a impressão destas edições.

Poderíamos também pensar nas invenções editoriais que seriam colocadas na própria forma do livro e que seria a articulação entre o texto e a imagem. Com a formulação da enciclopédia tem lugar o desarranjo entre a série das pranchas e o volume dos textos, já deve-se passar de um a





outro porque se considera que aquilo que a prancha mostra, o texto não pode dizê-lo e aquilo que o texto enuncia a prancha não pode representá-lo. É toda uma história das invenções editoriais, algumas bem ligadas a um nome particular — os manuais, ou os livreiros-editores que inventaram a fórmula editorial da Biblioteca Azul, ou às vezes mais anônimos, como no caso compartilhado da preferência dada a tal ou qual forma de relação entre o texto e a imagem. Com isso não se pode pensar que haja uma ligação entre inovação editorial e publicação clandestina.

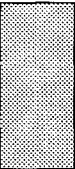
**P.:** *E poderíamos dizer que estas inovações seriam possíveis porque os editores teriam um hábito de leitura diferente?*

**R. C.:** Conforme a perspectiva dos historiadores, e com um descompasso cronológico, podemos colocar a questão sobretudo em uma dimensão “letrada” do editor; e quando se fala de editor é preciso saber de quem se fala: antes da primeira metade de século XIX, não se pode dizer que exista um indivíduo econômico ou social que possa ser um “editor”, aqueles que fundam a função de editor, quer dizer, que compram, que empregam um texto, o dão a compor, o fazem circular através do comércio são, majoritariamente, os livreiros, que são ao mesmo tempo editores, ou, minoritariamente os impressores que se fazem editores, mas não haveria um personagem que pudesse ser chamado de “editor”. Bem, poder-se-ia chamá-los de editores, mas o problema é que se deve compreender que há uma ligação com o comércio da livraria, ou a atividade de impressão; no século XIX, mesmo se os

editores continuam a possuir uma gráfica, ou uma loja, uma livraria, a função é definida independentemente destas, é definida como aquela que organiza a publicação e a controla em um diálogo com os autores em diferentes momentos.

Então, para os séculos XVII e XVIII, o livreiro-editor emprega esta dupla lógica: uma lógica de negócio, da empresa, do mercado em uma competição que empreende frente às falsificações, à pirataria, ao plágio... assim, de um lado há uma dimensão comercial em um mercado particularmente selvagem, e de outro lado, a dimensão de uma participação no mundo das letras, o livreiro humanista, ou os editores iluministas. É difícil dar um retrato coletivo unificado: conforme o período, conforme o caso, deve-se propor outro, mais fortemente marcado: o pólo de mercador e o pólo de letrado. Cada editor é ao mesmo tempo comerciante e “letrado”, mais ou menos “letrado” ou bem mais comerciante, mas é o pólo letrado que pode variar, numa controvérsia sobre a sociedade tipográfica de mercado, que o trabalho de Darnton pinta, descreve essencialmente como de mercadores que utilizam, que identificam o que poderia ser um público possível para um certo tipo de livro e a partir de então definem uma estratégia editorial, seja de falsificações, seja de livros proibidos. Poder-se-ia opor uma divisão desse mesmos personagens como participantes do movimento da Iluminação, como sendo, de uma certa maneira, intelectuais, e como que colocando, por trás desse comércio, um projeto ideológico.

Então esta tensão seria uma outra modalidade de tensão entre o comércio e a intelectua-



lidade, existente sobre os editores e nos séculos XIX e XX, justamente porque os editores querem se diferenciar dos livreiros ou dos impressores, e constroem sua figura como uma figura finalmente intelectual, cujos conflitos com os escritores podem se multiplicar... são conflitos econômicos em geral, para o autor, mas não apenas, porque como vemos em toda correspondência publicada entre autores e editores, há como que uma tensão entre um editor que se pensa como um intelectual e finalmente o autor que o vê como comerciante, e um comerciante que não o paga corretamente.

**P.:** *Como o Sr. já afirmou, ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual, ou seja, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos. Noutros termos, a leitura é sempre produtora de sentidos, o que torna os textos, nas palavras de Goulemot, "polissêmicos". Creio que esse pressuposto é válido não apenas para os textos literários, como também para os textos ditos "científicos". Nesse caso, o estatuto da ciência autoproclamado pela sociologia, antropologia, ciência política e por outras "ciências humanas" não estaria sendo colocado em xeque?*

**R. C.:** Poder-se-ia pensar que porque os textos são polissêmicos, na medida em que os leitores relacionam interpretações que seriam feitas conforme as categorias destes leitores, que seriam categorias intelectuais ou afetivas, competências ou convenções, não permitiriam nenhuma estabilidade possível para a significação. O que se pode colocar como um estatuto epistemológico, dos enunciados que se dizem como científicos; a

dizer que sejam as ciências exatas ou ciências sociais... elas propõem a verdade sobre o mundo natural e o mundo social.

Eu creio que se faz necessário retornar, talvez, a esta idéia de espaços de interpretação e mesmo de categorias de público que os textos constroem e que não são idênticas, e entre um romance e uma demonstração matemática, vê-se claramente a diferença: um romance endereça-se principalmente ao conjunto de uma sociedade, e assim, há a pluralidade de interpretações, à qual, queira ou não, o autor pode ser ligado. Definir a correta interpretação: prólogo etc., há o autor que joga com esta pluralidade de interpretação, ele organiza a si mesmo – escritores que abrem o texto a múltiplas interpretações.

Ao contrário, uma demonstração matemática pode, evidentemente, ser apropriada em um sentido poético, pode-se tomar a forma gráfica como um jogo ou uma forma, mas há um limite, porque a demonstração matemática endereça-se a um público, uma comunidade de leitores capaz de a seguir, e, de outro lado, ela pode definir, em si mesma, os critérios de validação, que podem ser recusados, mas que, de toda maneira, limitam, restringem, o espaço de interpretação. A partir deste momento se verá que há também uma polaridade entre as pessoas que serão as mais abertas à mobilidade, à plasticidade das interpretações, como na poesia, e aquelas que serão as mais fechadas a esta pluralidade, como nos textos científicos, matematicamente organizados. Neste espaço, vê-se que a tensão que vocês colocaram, designaram... são todas derivadas de uma posição, porque não se vê



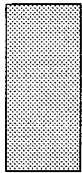
neste momento que a diferenciação introduzida pela categoria de Foucault de “dire vrai” para o texto que não funciona senão pela categoria de “dire vrai”, e um romance que não pode ser mais “verdadeiro” que outro... ele pode ser “verdadeiro” no sentido da força, da evocação, da compreensão do mundo social que ele porta e produz, mas ele não é “verdadeiro” no sentido de um critério de validação por oposição a um falso. O contrário do verdadeiro em um romance seria a dessemelhança, seria a fraqueza, a banalidade... o critério dos discursos que são regidos pelo “dire vrai” é o falso.

Em relação a este momento, há a classificação do discurso entre aqueles que funcionam segundo o registro do “dire vrai”, quer dizer, aqueles que incluem em seu funcionamento os critérios de sua verdade, e aqueles que funcionam segundo um outro registro, estético, poético etc. Agora, faz-se necessário determinar que esta primeira diferenciação que não pode constituir a relação do leitor com o texto, porque totalmente exterior a esta lógica do texto, o leitor divide com o texto sua convenção, que é um discurso de verdade em um certo sentido, isto é, há critérios de validação “técnica”.

E sua questão trata das ciências sociais, que se situa em uma espécie de espaço intermediário: as ciências sociais portando em si mesmas seus critérios de validação, que são seus “dire vrais”, critérios de validação que podem se referir à pertinência das fontes, à técnica de análise, à conformidade com um conhecimento já adquirido, ao poder de demonstração etc.; assim, no discurso das ciências sociais, que compreende a

história, há seus critérios de “dire vrais”, e ao mesmo tempo, como eu dizia, em todas as ciências sociais — como ainda no interior das ciências sociais um inventário que irá formalizar mais, ou tornar mais literário — há independência com relação à matriz das ciências, quer dizer, à hermenêutica, à interpretação de texto; e a interpretação de texto, mesmo se ela implica em critérios de validação, postula a pluralidade possível. Percebe-se que a tensão está presente, ela está entre o espaço legítimo desta pluralidade com relação a estes critérios de cientificidade. E como pensar uma objetividade que seja ao mesmo tempo apoiada sobre critérios de validação e que seja aberta uma pluralidade de interpretações?

É importante compreender que cada série de discurso, cada regime de enunciados traz em si mesmo a produção de seu público, porque eles portam, eles mesmos, os critérios que são os de sua identificação, de seu julgamento. E a partir de então, podemos sempre encontrar situações extremas... a idéia de poder falsear um romance, ou a idéia de que se possa-os ler como poética uma demonstração matemática... mas são casos extremos, quase extravagantes com relação a uma lógica de recepção que está inscrita no próprio enunciado, no regime do próprio enunciado, o que mostra que não se pode se contentar, para fazer uma história de textos de livros e de leituras, simplesmente a partir da problemática interna, da interpretação, mas faz-se necessário pensar que, quando entre a comunidade de produtores de um gênero e a comunidade de seus leitores há critérios que são da ordem dos critérios epistemológicos ou das con-



venções estéticas, a partir de então, o público é sociologicamente como que produzido por estas convenções epistemológicas ou estéticas.

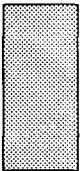
**P.:** *Esta pergunta permanece na mesma trilha aberta pela questão anterior. O Sr. tem uma posição crítica em relação aos “protocolos de leitura” impostos ao leitor, ou pelo próprio escritor ou pelo editor...*

**R. C.:** Eu não tenho uma posição crítica contra o protocolo de leitura, porque em função do que eu venho de dizer, cada série de discurso, para falar como Foucault, ou cada regime de enunciados se define, entre outros, por um protocolo de leitura, por uma convenção que supõe que aqueles que lêem são seus leitores... esta convenção pode por vezes ser... o protocolo de leitura entendido neste sentido seria como um texto que é lido com uma dada mobilização de categorias intelectuais, estéticas, afetivas... este texto deve ser lido com um protocolo de leitura, que reencontra, na comunidade dos leitores que recebem este texto, aquilo que a constitui como comunidade, isto é, suas competências, suas convenções, seus códigos, o jogo entre seus enunciados sobre o que deve ser a leitura e os recursos renovados pelo leitor, que é uma nova figura, nesta relação entre o sentido “correto” e a liberdade da leitura.

Então o protocolo de leitura é o enunciado explícito de como um texto deve ser lido, e podemos também pensá-lo em sua forma implícita da mecânica do texto que se impõe para o leitor, sem que se encontre uma armadilha narrativa — não se tratando, assim, de um protocolo explícito de leitura, como vemos no prefácio, nos

anúncios, nos prólogos — mas se tratando de um mecanismo transcrito no texto, e que deve conduzir o leitor automaticamente a uma postura e a uma interpretação. Simplesmente o que queremos destacar é que esta obsessão do texto como armadilha ou esta acumulação de protocolos explícitos de leitura estão na dimensão da liberdade reduzida do leitor, que poderia compreender outras coisas, mal-compreender ou desviar o texto; e a partir deste momento, eles são quase como o traço da inquietude diante da má leitura, seja porque ela iria ignorar o sentido procurado, seja porque ela iria deturpar, a um fim subversivo, aquilo que se manifesta imediatamente.

Por exemplo, após traduzir a Bíblia em alemão, em uma primeira circulação, os dois movimentos sociais que se articulam sobre esta referência à Bíblia em língua vulgar vão estabelecer um protocolo de leitura que é a mediação da “parábola do pastor”, o que faz com que não se possa crer simplesmente que, da Bíblia, em seu luteranismo, cada fiel a leia de modo inteiramente espontâneo ou no interior de uma prática familiar... Durante os anos 1520, o leitor crê no protocolo de leitura do texto bíblico, pelo peso dado pala parábola do pastor e pela importância atribuída pelo catecismo, e porque há um paralelo bastante forte entre catolicismo e luteranismo que vai durar até o fim do século XVII, por oposição a um outra reforma, ou forma da reforma, que se centra sobre esta leitura individual, familiar, eclesiástica da Bíblia, como o calvinismo francês, o puritanismo inglês, o pietismo alemão. É um exemplo deste “retorno” de um protocolo de leitura no texto dado a ler por cada um.

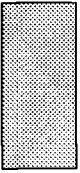


**P.:** *Mas, uma das maneiras de comunicar a um público uma história das práticas de leitura é justamente através de um texto escrito. Nesse sentido, o historiador também não estaria impondo um “protocolo de leitura” ao leitor? E esse protocolo não seria considerado “mais legítimo” por ser fruto de um trabalho reconhecido como científico? E, ainda, uma reflexão sobre as práticas de leitura não levaria o historiador, necessariamente, a uma reflexão sobre a própria escrita da história?*

**R. C.:** O texto do historiador, como os outros, assumiria esta dialética entre a leitura implícita à escrita no texto, por vezes enunciada no “paratexto”, e de outro lado a leitura de leitor, a apropriação do texto em um registro que poderia ser completamente diferente. Poderíamos dizer da história, sob o status ambíguo das ciências humanas, que haja um trabalho de história da história, e de uma reflexão sobre a história, insistindo sobre sua dimensão de ficção, no sentido de divisão entre o discurso histórico — mesmo que seja ele quantitativo, estruturado — e a ficção; a começar pelo romance, de mesma figura retórica e de mesma fórmula narrativa, assim, a história como relato... a história é sempre relato, a fórmula narrativa que ela emprega, a figura retórica que ela mobiliza, a maneira de construir as entidades, a causalidade ou a temporalidade, são comuns ao relato da ficção e ao relato da história, e daí alguns trabalhos essenciais, como o de Michel de Certeau sobre a escrita da história, ou em um certo sentido, Hayden White, sobre a história como forma de *fiction making*, onde a matriz retórica da construção do

relato histórico... ou trabalhos que são ligados a formas particulares de relato de história no interior de uma classe narrativa, por exemplo, a citação, a nota... o romance em geral não utiliza nem as notas nem as citações, é uma forma particular de escrita de história no interior da categoria de narração.

Então, de um lado, a necessidade dos historiadores, freqüentemente aceita de malgrado, de considerar a história como parte de uma classe de narração; de outro lado, porque a história é uma ciência social, a exigência de “dire vrai”, a exigência de critérios de verdade, a exigência da validação, da prova, da demonstração: a história nesta segunda dimensão não é ficção, mas um saber, ou mesmo “ciência”. E esta é a tensão fundamental na história que pode permitir, talvez, compreender este jogo entre aqueles que pensam o protocolo de leitura do texto histórico enunciado para seu leitor, e a forma de sua apropriação, na medida em que muitas formas específicas de relatos de história querem passar para o leitor um pacto de verdade, e querem lhe indicar que tal texto deve ser entendido na ordem do “dire vrai”, que não se trata de uma fábula, mas que se trata de uma compreensão, de uma análise de um passado que é constituído como o próprio objeto do discurso, no qual demonstra sua cientificidade porque ele cita as fontes, porque ele mostra as bases documentais, porque manifesta técnicas de análise; assim, a partir de então, o leitor pode aceitar ou não este pacto de cientificidade que o texto lhe propõe. Mas este pacto de cientificidade, contrariamente ao que diz White, não é simplesmente um



“teatro”, porque ele toma a si mesmo seriamente, quer dizer, este pacto de cientificidade, renova os critérios de validação que devem permitir distinguir os discursos históricos que têm pertinência mais forte que outros, donde sua capacidade de prestar contas daqueles que foram e não são mais, ou seja, o passado.

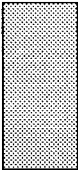
Esta discussão epistemológica é bastante atual para a reflexão sobre a história, uma vez que se deve admitir esta dimensão de ficção, se há o desejo de manutenção deste status dúbio. História é escritura, mas ela não é qualquer escritura, ela é também discurso adequado ao passado, ou que quer ser adequado ao passado, o que significa bem a expressão, como a quis recusar de ressaltar Certaux, de “historiografia”: grafia: escrita, escritura, então escritura, ficção e, ao mesmo tempo, história, história referência a um passado do qual este discurso vai promover o conhecimento. Assim, este pacto de leitura que o leitor pode recusar ou aceitar rege a dimensão científica dessas escrituras; e ele expõe os critérios de validação, que devem permitir medir esta pertinência em termos de conhecimento, de discurso teórico.

O que quer dizer que o discurso histórico é um discurso que pode definir um público múltiplo no interior de seu público de leitores, e que este público múltiplo pode querer ter com este texto uma relação diversa, mais sensível à habilidade de escrita. Então, finalmente, a narrativa histórica (com o lado de ficção), e o outro, (lado profissional), mais sensível à exatidão de relato a partir da aplicação de critérios de validação apoiados sobre as fontes, sua construção,

a técnica de análise e o jogo de hipóteses. Tem-se, assim, uma figura de discurso sobre a qual se encontra certa dualidade, ou instabilidade, e que se projetaria sobre a relação do público com o discurso de história.

Porque pode-se admitir que, se o limiar científico relevasse uma leitura “expert” e o limiar narrativo relevasse uma leitura que seria de um público menos profissional, o que restaria seria algo compartilhado, por uns e por outros, de efeitos produzidos por esta tensão, de um conhecimento que se dá através de uma narrativa, no caso da história, mas possivelmente de outras ciências sociais. O que explicaria porque os historiadores, os mais profissionais, tenham recorrido a formas de organização de narrativa, que obedeceriam a modelos estetizantes, qual seriam o romance no século XIX, ou o cinema contemporâneo.

E ao inverso, o público menos profissional aguardaria uma história, uma situação na narrativa da história, um critério de verdade, como se o fato do saber que qualquer coisa ocorreu validasse o prazer da narração, o que explicaria o sucesso enorme de todos romances históricos... Porque o romance histórico, finalmente, dá todo o prazer desta projeção no imaginário, mas dando autenticidade, a partir de uma referência ao passado que se refere a si mesma, sem um critério de validação científica: o que importa é que o passado é, em si mesmo, um critério de verdade. E este duplo aguardar, este desejo de ficção e ao mesmo tempo este desejo de realidade, o romance histórico o dá... ou a história, já que ela serve a um público mais amplo que o livro escrito estri-



tamente no interior do campo dos historiadores (lido, assim, sobretudo, por outros historiadores). Questão bastante difícil!

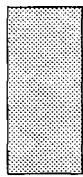
**P.:** *Segundo o Sr., uma análise meramente quantitativa (avaliações da produção impressa, medições da posse desigual dos textos por parte de indivíduos inseridos em diferentes meios sociais etc.) não dá conta de uma questão central da história da leitura: a dos usos, manuseios e formas de leitura dos materiais impressos. Investigar e entender como os textos podem ser apreendidos, compreendidos e manipulados só se torna possível a partir da noção de **apropriação**; isto é, como o leitor ou uma comunidade de leitores, num determinado período e lugar, se apropria do texto e o reelabora, conferindo-lhe outros sentidos, re-significando-o. Parece-nos que a noção de “apropriação” se aproxima bastante da antropologia cultural. Em que medida o diálogo entre antropologia e história contribui para a pesquisa das práticas da leitura?*

**R. C.:** Para simplificar, eu diria que, efetivamente, esta é uma noção central, e talvez, eu diria que há uma lógica nesta conversação, à qual eu não havia pensado... talvez porque ela reflete, novamente, esta tensão entre a disciplina e a invenção. Apropriação, em francês, e suponho que também em outras línguas romanas, pode significar, de um lado, *ter a posse de*, se apropriar. No discurso, tem o sentido de Foucault: a apropriação do discurso na ordem do discurso, é o subtrair à circulação universal, é estabelecer um monopólio de produção, por vezes de recepção, sobre o discurso.

Então, é o aspecto “propriedade”, de apropriação em jogo.

De outro lado, a apropriação, como termo da fenomenologia, é o que os indivíduos fazem com o que eles haviam proposto ou imposto, mas no sentido de dar uma interpretação, ou fazer um uso próprio daquilo que é recebido, daquilo que é, por vezes, imposto. É o sentido da hermenêutica, a apropriação do texto. É o sentido, sem a palavra, da perspectiva de Certaux, quer dizer, há estratégias que impõem o discurso, espaços, normas, disciplinas, e há táticas que são de apropriação, porque deslocam, transformam, subvertem o que é imposto. Assim, tem-se o lado da invenção, da criação, mas da criação a partir de um espaço, de uma norma, de um texto que é imposto. Então têm-se dois pólos de apropriação: o gesto que estabelece uma propriedade sobre um lugar, seja um lugar real ou um lugar metafórico, e o pensamento que permite trabalhar o que é dado, proposto ou imposto.

Nesta dualidade vê-se a força de uma noção como a de apropriação, remetida a uma dimensão de história cultural, quer dizer, por sua vez compreende-se o mecanismo que faz com que se estabeleça o controle sobre a produção cultural, seja cultural ou estética; controle de poder, controle dos autores, controle de produtores de livro, ou de outra forma de artefatos culturais e pensar, de outro lado, de maneira mais anônima, mais silenciosa, o que os leitores ou os espectadores ou os ouvintes, fazem com o que lhes foi proposto por este produtor do texto e do livro, este produtor do quadro, da telenovela. Assim, esta tensão inter-



na à palavra apropriação permite definir as duas versões: em toda forma de história cultural, a versão da análise da produção e do produtor e a versão da análise da recepção e daqueles que a recebem.

**P.:** *Os usos dos textos, os modos e as práticas da leitura podem ser condicionados pela posição social do lector: se o indivíduo pertence à elite, sua leitura é feita de um modo; se pertence às classes populares, a leitura é outra. Parece-nos que está implícita em sua abordagem a noção de cultura elaborada por Clifford Geertz: a cultura, enquanto sistema entrelaçado de signos interpretáveis, é formada por contextos, dentro dos quais os acontecimentos e processos sociais (inclusive a leitura) são interpretados (ou reinterpretados) pelos agentes e ganham significado. Nossa impressão está correta? E, se estiver, como podemos definir o estudo da história praticado pelo Sr.? É uma história das mentalidades ou uma história antropológica?*

**R. C.:** Eu não me reconhecera tanto — e muitos historiadores não se reconhecera tanto — na categoria de história das mentalidades, pela crítica endereçada à noção de mentalidade, que parece responder à fórmula mais articulada que se encontra no livro de Geoffrey Lloyd, *Desmystifying Mentalities*, traduzido em francês como *La fin de mentalité*, eu creio. É criticada por duas razões: a mentalidade suporia uma homogeneidade de uma sociedade, porque a mentalidade, diretamente, seria o que o rei e o pastor teriam em comum; de outro lado a mentalidade supõe uma unicidade de sistemas de

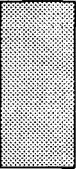
representação, de percepção, da apreciação de um indivíduo, então, nós sabemos que o mesmo indivíduo pode empregar racionalidades extremamente diversas conforme as circunstâncias de sua existência: um professor de física pode consultar um astrólogo, no que não pode empregar o mesmo tipo de mentalidade do exercício científico da pesquisa em física e a crença na predição do futuro.

Ao mesmo tempo, de outro lado, a mentalidade... há um trabalho imenso a ser realizado a partir da categoria de mentalidade, na tradição dos *Annales* e em seguida do direito, porque a palavra foi traduzida mesmo, enfim, tornando-se um galicismo nas línguas que não a conheciam, como *mentalität* em alemão, ou *mentality* em inglês.

Na história antropológica, talvez haja mais uma história das representações e das práticas. A desconfiança com relação à perspectiva de antropologia simbólica é freqüente — bem entendido, com Geertz, eu o citei algumas vezes — faz-se necessário reconhecer que não importa qual prática, seja a mais estritamente econômica, a mais imediatamente social, ela é construída e modificada a partir da significação simbólica; neste ponto de vista, a história cultural é toda a história. A partir deste momento, vê-se que se faz necessário compreender o conjunto das práticas sociais... ou bem, de uma revolta, a partir de uma matriz, que é aquela do simbólico, do sistema de signos que funcionam para definir esta prática de modo estritamente econômico ou imediatamente social.

O perigo que há nesta posição, que se apóia sobre uma dimensão hermenêutica, é a





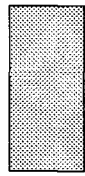
textualização das práticas do mundo social. É o que, em *O Grande Massacre de Gatos*, o livro de Robert Darnton põe-se, finalmente, sobre esta questão, para decifrar uma prática: um massacre de gatos como um texto. Há então, uma tendência que se encontraria na moeda da metáfora textual para desenhar as práticas sociais, ou o mundo social. Parece-me um grande perigo porque o que importa é justamente ver a especificidade, a irredutibilidade dos modos de produção e deciframento do discurso, um lado que pode compartilhar... que compartilha de uma lógica hermenêutica, em relação ao que Bourdieu denomina de *sens pratique*, o que Certaux chamaria de “invenção do cotidiano”, ou tática, ou o que Foucault desenharia como “prática não-discursiva”, quer dizer, os funcionamentos imediatos, espontâneos, sem discurso de justificação, que não se organizam a partir de uma lógica discursiva e que propõem aos historiadores (também aos sociólogos, antropólogos, mas sobretudo aos historiadores), uma dupla dificuldade: o fato de que, para os historiadores, estas práticas irredutíveis do discurso não são tão genericamente acessíveis que atravessem a maneira do discurso: o descrever, o prescrever, o representar, o que o antropólogo e o sociólogo podem eventualmente evitar por técnicas de observação ou por enquetes orais. Mas, de todo modo, uns e outros são confrontados com uma outra dificuldade que é prestar contas desta prática não-discursiva na ordem do discurso: o que o sociólogo escreve, o antropólogo escreve, o historiador escreve. Tem-se então uma tensão fundamental,

que supõe um princípio de distinguir o mundo do texto, o mundo da prática, a ordem do discurso e ordem do senso prático; é uma distinção fundamental que, talvez em Geertz, mas em todo caso, o uso que foi feito em uma antropologia simbólica, que textualiza o mundo social, os rituais, as práticas cotidianas, pode implicar.

Assim, para mim, há necessidade de uma definição da idéia do pensamento da história cultural como esta articulação entre a história das representações e a história das práticas, e a irredutibilidade de umas e outras, com o distanciamento entre as representações mentais e as práticas sociais e, mais, de outra parte, este outro distanciamento que existe sempre entre a lógica própria da prática, de um lado, e de outro lado, a lógica específica que governa as representações destas práticas, seja no discurso escrito, seja nas representações iconográficas, que são outra fonte para o historiador.

Há, assim, um ponto fundamental da antropologia simbólica para quebrar a divisão entre as ordens econômicas, sociais, políticas, simbólicas e, ao mesmo tempo — poder-se-ia discutir um apoio sobre toda uma tradição francesa, que pode ter feições bastante diversas, estabelecidas sobre esta distinção — esta divisão entre o senso prático e a ordem do discurso, para citar dois autores famosos.

**P.:** *Segundo Goulemot, a “polissemia” do texto literário, suas inúmeras constituições de sentido, só é possível porque o leitor e a “situação de leitura” estão fora do texto. O “fora-do-*



texto” é, ao mesmo tempo, uma história coletiva e pessoal. Goulemot cruza esta individualidade com o coletivo, com o social, por intermédio da noção de “biblioteca”. Existem outras mediações possíveis entre indivíduo e sociedade quando tratamos de uma história das práticas de leitura?

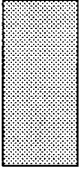
**R. C.:** Poderíamos pensar no constrangimento transgredido, a dizer, o constrangimento imposto em sua forma de transmissão, sempre deslocado, transgredido, subvertido pelo leitor. E é preciso pensar o inverso: esta invenção do leitor — que Certaux descrevera como a leitura como produção, como caça furtiva — poderia, em um livro como *A invenção do cotidiano*, faltar em sua historicização e na inscrição social desta liberdade, desta invenção, desta produção? Quais são as restrições desta liberdade? São, evidentemente, as restrições que provêm (senão das restrições que o texto impõe), que provêm da comunidade no interior da qual se institui cada leitor singular; e cada leitor, não importa de que inserção social, é socialmente constituído. Assim, cada leitor, no interior de cada interpretação dada, compartilha com esta comunidade as competências, com relação à cultura escrita de convenção e de códigos que registram sua relação com o mundo do texto e mais, os interesses e desinteresses implicados no ato da leitura, estes que definem quais serão as mediações entre o indivíduo-leitor em sua singularidade e a coletividade.

Poder-se-ia acrescentar, além disto, que um leitor poderia muito bem participar de diversas comunidades de interpretação; porque se algumas se definissem a partir de um espaço

social restrito, limitado, como seria a comunidade dos séculos XVI e XVII, a comunidade de leitores humanistas durante da Renascença, que se definisse uma comunidade de leitores pietistas ou puritanos, então existiriam definições que não estariam imediatamente na ordem da hierarquia social, e poderiam apoiar-se em outros princípios de divisão e que, de outra parte poderiam, muito bem, implicar uma posição múltipla, porque particularmente nos séculos XIX e XX, como o mostra Jéan Hébrard, há a tentativa, pela escola, de criar uma comunidade de interpretação nacional, que vai compartilhar das mesmas competências, das mesmas normas e do mesmo *corpus*.

Tem-se neste momento que o leitor é preso em um sistema de determinações múltiplas. Em se tratando de uma leitora, há uma comunidade de interpretação que passa por seu sexo e há uma comunidade de interpretação que lhe chega por sua posição social, ou religiosa, ou trajetória educativa, sua geração. E com o advento de uma escola mista, obrigatória e gratuita, esta comunidade de interpretação se situa no campo nacional.

Faz-se necessário pensar a relação entre a singularidade do leitor e a determinação coletiva; bem entendido, esta determinação coletiva não se impõe totalmente ao ato singular da leitura, o que faz com que o historiador trabalhe com estas determinações coletivas e com a produção singular. Mas se tomamos a leitura como um ato de invenção, ou, do lado da perspectiva histórica, um ato de poder por todos os leitores para cada um dos atos de leitura, para cada um dos textos que



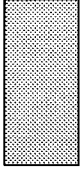
leram, haverá a possibilidade de reconstrução histórica, um tipo de fábula, uma fábula do que não se pode dizer, que seria um estudo histórico desta leitura indefinida, universal, múltipla... o trabalho do historiador deve se situar na identificação destas restrições compartilhadas. E quando a possibilidade documental lhe permitir, a partir de textos de natureza autobiográfica, pensar como um leitor singular poderia negociar com estas determinações — que seriam aquelas da comunidade de leitura a qual ele ou ela pertencesse. Seria bastante prudente, assim (sobre o que seria um termo de representação), dizer que os historiadores tivessem, por vezes, uma certa ingenuidade, pensando que o texto esteja muito perto de uma escrita singular, e que seria mais “verdadeiro” de algum modo, ou mais imediato... e de fato, o que compreende a enquete oral, os textos autobiográficos são também representações, representações para os outros ou talvez para si mesmo.

Então penso que há, também, uma utilidade desta distinção entre prática e representação, porque vemos que não podemos construir uma história das práticas a partir de sua representação, sem, ao mesmo tempo construir uma história das práticas de representação; e saber porque Cervantes representa, em tal momento do romance, a maneira de ler de Dom Quixote, a maneira de dizer de Sancho, traz muito esta questão da representação da prática e da prática da representação, e que é freqüentemente esquecida pelo ato de documentar dos historiadores, e, por vezes também, porque há a impressão de estar em face do real, do documentar de sociólogos ou antropólogos.

Há uma proximidade do real (para sociólogos e antropólogos), que é, evidentemente, maior que a do historiador, mas que pode ser extremamente “pomposa”, porque lá também os atores sociais dão a perceber, face ao observador, uma representação do mesmo. Assim, o controle da relação entre a representação da prática e a prática da representação é ainda mais forte nas disciplinas que têm a ilusão do real pelo poder de ver e ouvir.

**P.:** *Uma história da leitura, segundo o Sr., deve estabelecer um diálogo com a produção mais recente da sociologia da cultura. Esta, por sua vez, parece impor a si mesma dois objetivos básicos: estabelecer as correlações entre pertencimento social e produções culturais e identificar os objetos (textos e impressos) próprios aos diferentes meios sociais. Com o auxílio da sociologia da cultura seria possível discernir as diferentes modalidades da apropriação dos materiais culturais e a distribuição social destes materiais. Esta sociologia da cultura à qual o Sr. se refere seria aquela proposta por Pierre Bourdieu, em que a posição ocupada pelos agentes sociais no campo literário (como escritor ou leitor ou editor) exerceria fundamental influência nas formas de recepção e nas estratégias de produção/distribuição dos bens culturais empregadas por tais agentes?*

**R. C.:** Não, eu não penso que haja uma correlação entre... bem, eu penso, mas não nesses termos... entre os pertencimentos sociais e a produção cultural. Se pensar neste sentido, deve-se pensar na tradição da história francesa, quer




dizer, como se houvesse uma equivalência entre o recorte social — dominantes/dominados, classe social — e as práticas sociais. O que quero mostrar é que, de um lado, os objetos e as práticas podem ter uma circulação, desde a idade média, que são infinitamente mais complexos que a restrição a um mundo social particular. Menocchio, o leitor de Carlo Guinzburg, lê os livros que todos os outros da sociedade do Friul lêem: a Bíblia, o Decameron etc., e que têm circulação cultural desde o princípio da idade moderna e talvez desde a idade média, como o mostra o trabalho de LeGoff — bem mais flexível que pensaríamos. É o que dizia, de todo modo, do livreiro-editor, que inventa a fórmula de repertório de venda ambulante, e como os textos que ele publica não foram escritos por autores populares nem para um público popular, eles devem circular no interior de um mundo de leitores de textos que são também a elite letrada.

É o caso da *Bibliothèque Bleu...* vê-se que há razões fortes para não pensar a circulação cultural como na adequação entre o meio social e o repertório. De outra parte, pode-se mostrar que há uma divisão, e esta divisão social pode remeter, e deve remeter, a uma concepção de social que é bem mais ampla que aquela que a história social impôs, ou que uma certa sociologia impôs; porque a divisão entre os sexos, a divisão entre as gerações, a divisão entre as adesões religiosas são plenamente sociais, mas não se organizam senão sob a hierarquia, seja dominante/ dominado, seja proprietário de meios de produção/classe alienados, seja pela divisão do trabalho social tal como a encontramos no recenseamento. Vê-se que faz-

se necessário modificar nossa percepção de circulação cultural e nossa definição de divisão social. A partir de então, o que se torna essencial é a apropriação: como feições diversas de grupos, de comunidades e eventualmente de classes, se apropriam, fazem uso de objetos, normas, textos, que são comuns — não necessariamente universais — a uma sociedade, mas comuns a vários destes meios sociais. Assim, desloca-se a linha entre categoria social, produção e práticas sociais no sentido de uma articulação que é a da dinâmica própria da apropriação diferenciada de objeto de discurso, ou do código de normas compartilhadas.

A referência a Bourdieu pode apoiar esta divisão, porque em um livro como *La Distinction*, o que diferencia os grupos, as classes, faz especificamente conduzir as normas de objetos ou de discurso. Bourdieu insistirá também sobre a diferença que compartilha sobre os universos sociais justapostos à circulação. **Para mim, a referência a Bourdieu seria a mais fundamental para pensar estas questões... a referência ao conceito de *habitus* e de *campo* — que seriam as formas mais elaboradas dos conceitos que encontraríamos em Norbert Elias, como *habitus* social e *configuração* — permite evitar muitas simplificações, porque o conceito de *habitus* nos remete imediatamente à representação. Finalmente, a apreciação e a percepção compartilhadas, pode-se pensá-las como representação coletiva, e o que em Bourdieu tem a importância dada a estas maneiras de traduzir, corporal e socialmente, uma identidade social. Assim, entrar neste mecanismo de construção da identidade pela relação à carta social apresentada e à**



carta social almejada, é também pensável através de categorias como a de representação, se pensamos em representação pelo viés da exibição, da demonstração, como diria Weber, da estilização da existência. E a categoria de *habitus* pode apoiá-lo fortemente e ser pensada a partir deste duplo sentido da representação: representação coletiva incorporada, representação exibida.

E de outro lado, o conceito de campo permite organizar este espaço de produção e do produtor cultural, ou mais especificamente, literário ou estético. Pensar este espaço como definido por posições, por conflitos, por trajetórias, evitando o idealismo, no sentido de que sendo o pensamento da produção cultural, intelectual ou estética imediatamente relacional, assim, em um certo sentido, é ligado às oposições e aos conflitos. Situar a produção das obras em relação à posição ocupada neste campo literário ou estético por seu produtor, e assim mostrar que há interesses poderosos que podem governar as práticas mais desinteressadas, a criação estética, é um exemplo.

Assim a força de uma categoria como a de campo com relação a toda a tradição idealista, e, de outro lado, a força da categoria de campo contra uma tradição que seria de um marxismo

elementar ou de um sociologismo imediato, permite pensar a autonomia relativa deste espaço com relação ao campo social e de pensar que as obras não são diretamente ligadas, compreensíveis em relação à posição social do autor em um campo social global, mas devem ser pensadas no interior deste espaço específico que é o da produção e sua recepção.

E o que freqüentemente se esquece quando da análise das categorias de Bourdieu é que o que define primeiramente um campo é a competição por traçar os limites; os campos são, assim, espaços sempre objetos de um conflito pela fronteira e pelo direito de traçar esta fronteira, e Bourdieu é bastante útil porque mostra que certos campos culturais, quando são fortemente institucionalizados, evidentemente resolvem este conflito, como por exemplo, o campo acadêmico: há títulos, diplomas e postos. De outro lado, campos como o campo literário são campos bem menos institucionalizados e nos quais se mantêm primeiro a luta para dizer quem é escritor e pelo direito de dizer quem é escritor, e esta plasticidade me parece um elemento absolutamente pertinente para pensar, sem reducionismo, a produção estética em relação à possibilidade de sua condição social. ■